



Tribunal de Contas do Estado de São Paulo

INSTRUÇÃO DO PERÍODO

Processo TC	4294/989/16
Poder	EXECUTIVO
Município	Ibiúna
Entidade	PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIÚNA
Período	12/2016
Relator	Dra. Cristiana de Castro Moraes
Unidade Fiscalizadora	UR-09 UNIDADE REGIONAL DE SOROCABA
Responsável	FABIO BELLO DE OLIVEIRA
Cargo	PREFEITO
CPF	072.913.518-71
Período de Gestão	01/01/2016 a 31/12/2016

Em atendimento ao disposto nas Instruções N°2/08 e na Ordem de Serviço SDG 02/09, temos a informar o seguinte:

ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO FISCAL

1 - Assunto de Fiscalização: CUMPRIMENTO DAS INSTRUÇÕES DO TCE

1.1 - CI01 - Cumprimento das entregas da documentação exigida pelo TCE

Todos os documentos foram entregues no prazo estabelecido

2 - Assunto de Fiscalização: LRF

2.1 - GF15 - Análise da Receita (Execução Orçamentária)

Previsão acumulada até o Bimestre:	R\$ 196.342.018,00	
Realização acumulada até o Bimestre	R\$ 176.225.934,84	
Variação	R\$ -20.116.083,16	-10,2454%

Da análise do comportamento das receitas, constatamos uma situação desfavorável, uma vez que ficou aquém da meta bimestral de arrecadação, demonstrando, portanto, descumprimento das Metas Fiscais.

2.2 - GF16 - Análise da Despesa (Execução Orçamentária)

Receitas Realizadas até o Bimestres:	R\$ 176.225.934,84	
Despesas Liquidadas até o Bimestre	R\$ 172.364.465,29	
Resultado da Execução Orçamentária	R\$ 3.861.469,55	2,1912%

Da análise do comportamento das receitas arrecadadas e despesas liquidadas, observamos uma situação favorável, em virtude da ocorrência de superávit demonstrado.

2.3 - GF20 - Análise do Resultado Primário - LOA Atualizada X Meta da LDO

Resultado Primário Previsto na LOA	R\$ 1.245.000,00	
Resultado Primário do Anexo de Metas da LDO	R\$ 8.200.000,00	
Diferença	R\$ -6.955.000,00	-558,6345%

Diante das alterações orçamentárias, verifica-se que o Resultado Primário Previsto na LOA atualizada foi inferior ao consignado no Anexo de Metas da LDO, demonstrando, portanto, incompatibilidade com a meta estabelecida.

Pelo exposto, caberá à Auditoria observar a ocorrência de eventuais alertas efetuados, sem as devidas medidas de ajustes, consignando a ocorrência em item próprio do relatório das contas anuais.

2.4 - GF22 - RPPS - Previsão X Realização das Receitas Previdenciárias

A análise encontra-se prejudicada uma vez que o Município não possui Regime Próprio de Previdência Social.

2.5 - GF23 - RPPS - Análise das Disponibilidades Financeiras do Regime Previdenciário

A análise encontra-se prejudicada uma vez que o Município não possui Regime Próprio de Previdência Social.

2.6 - GF24 - Análise do Resultado Nominal - Resultado Realizado X Meta da LDO

Resultado Nominal Realizado no Exercício	R\$ 5.521.316,90	
Resultado Nominal Previsto no Anexo de Metas	R\$ -5.000.000,00	
Diferença	R\$ 10.521.316,90	190,5581%

Diante dos dados acima, verifica-se que o Resultado Nominal apurado no exercício demonstrou uma situação favorável, visto que superou a pretensão estabelecida na meta anual.

2.7 - GF26 - Análise dos Restos a Pagar - Movimentação até o Bimestre

Posição no exercício anterior

Órgão	RP Proces	RP Não Proces
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIÚNA	R\$ 22.548.446,39	R\$ 7.233.032,25

Movimentação no Exercício

Nome Órgão	Inscrições	Pagamentos	Cancelamentos
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIÚNA	R\$ 22.541.630,24	R\$ 26.626.585,23	R\$ 3.154.893,31

Posição atual

Nome Órgão	RP Proces	RP Não Proces	Red Esperada
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIÚNA	R\$ 19.889.919,13	R\$ 2.651.711,21	R\$ 29.769.566,04

Diante das baixas ocorridas até o período em parâmetros que evidenciam uma tendência de redução integral do montante de restos a pagar, observa-se uma situação financeira ajustada, sendo desnecessária, portanto, a emissão de alerta.

2.8 - GF27 - Despesas com Pessoal

Visando a um melhor acompanhamento, demonstramos a seguir as informações apuradas nos três quadrimestres imediatamente anteriores, bem como no quadrimestre ora analisado:

Período	Gastos	RCL	% Gasto	% Permitido Legal
12/2015	R\$ 66.389.702,34	R\$ 148.378.631,96	44,7434%	54,0000%
4/2016	R\$ 69.825.945,85	R\$ 151.134.357,82	46,2012%	54,0000%
8/2016	R\$ 75.319.547,15	R\$ 150.479.547,62	50,0530%	54,0000%
12/2016	R\$ 80.605.249,63	R\$ 159.487.560,66	50,5401%	54,0000%

Diante dos elementos apurados acima, verificamos que a despesa total com pessoal não superou o limite previsto no art. 20, inciso III, da Lei Complementar n.º 101, de 04/05/2000, sendo necessária, porém, a emissão de alerta ao Poder em tela, tendo em vista que o percentual apurado acima ultrapassou aquele previsto no art. 59, § 1º, inciso II, da Lei supracitada.

2.9 - GF28 - Dívida Consolidada

Período	RCL	DCL	% Dívida
12/2016	R\$ 159.487.560,66	R\$ 41.640.715,68	26,1091%
8/2016	R\$ 150.479.547,62	R\$ 31.110.397,40	20,6742%

Da análise do percentual apurado no quadrimestre, observamos que o Município encontra-se devidamente ajustado ao limite de 120,00% da RCL, demonstrando o cumprimento do disposto no artigo 3º, inciso II, da Resolução nº 40 do Senado Federal, não sendo necessária a emissão de alerta ao Poder em tela, tendo em vista que o percentual apurado acima não ultrapassou aquele previsto no art. 59, § 1º, inciso III, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

2.10 - GF29 - Análise das Operações de Crédito (exceto ARO)

RCL	R\$ 159.487.560,66	
Operações de Crédito (exceto ARO)	R\$ 0.00	0,0000%
Limite Legal:	R\$ 25.518.009,70	

Da análise do percentual apurado no quadrimestre, observamos que o Município encontra-se devidamente ajustado ao limite de 16,00% da RCL, demonstrando o cumprimento ao disposto no Inciso I, do artigo 7º da Resolução nº 43 do Senado, encontrando-se abaixo do percentual de 90,00% do limite, sendo desnecessária, portanto, a emissão de alerta.

2.11 - GF30 - Análise das Operações de Crédito por Antecipação da Receita Orçamentária (ARO)

Análise prejudicada em virtude da ausência de saldo decorrente de contratação de empréstimo por antecipação da receita orçamentária.

2.12 - GF31 - Análise de Concessão de Garantias

RCL	R\$ 159.487.560,66	
Concessões de Garantias	R\$ 0.00	0,0000%
Limite Legal	R\$ 35.087.263,34	

Da análise do percentual apurado no quadrimestre, observamos que o Município encontra-se devidamente ajustado ao limite de 22,0000% da RCL, demonstrando o cumprimento do disposto no artigo 9º da Resolução nº 43 do Senado, encontrando-se abaixo do percentual de 90,00% do limite, sendo desnecessária, portanto, a emissão de alerta.

2.13 - GF32 - Análise da Aplicação de Recursos decorrentes da Alienação de Ativos

De acordo com o Demonstrativo de Aplicação de Recursos Decorrentes da Alienação de Ativos e Relatório Resumido da Execução Orçamentária, não ocorreram quaisquer receitas derivadas de alienações de bens e direitos que integram o patrimônio público, ficando prejudicada a análise quanto à vedação de sua aplicação em despesas correntes, nos termos do artigo 44 da Lei Complementar 101/00, cabendo à auditoria, no entanto, sua confirmação in loco, apontando eventuais irregularidades no relatório das contas anuais.

2.14 - GF36 - Despesas com Pessoal (último ano de mandato/ano eleitoral)

Período	Desp. Pessoal	RCL	% Gasto	% Ref.
6/2016	R\$ 72.390.179,43	R\$ 152.027.588,40	47,6165%	47,6165%
7/2016	R\$ 73.821.872,23	R\$ 149.767.939,10	49,2908%	47,6165%
8/2016	R\$ 75.319.547,15	R\$ 150.479.547,62	50,0530%	47,6165%
9/2016	R\$ 76.508.593,88	R\$ 148.571.990,32	51,4960%	47,6165%
10/2016	R\$ 77.435.128,99	R\$ 148.514.823,06	52,1397%	47,6165%
11/2016	R\$ 78.509.893,52	R\$ 155.227.173,72	50,5774%	47,6165%
12/2016	R\$ 80.605.249,63	R\$ 159.487.560,66	50,5401%	47,6165%

A despesa com pessoal no encerramento do mês 12/2016, calculada na forma do art.18, § 2º da LRF, importou em 50,5401%, sendo verificado acréscimo em relação ao percentual apurado em 6/2016, devendo, portanto, o Poder em questão ser alertado para fins de observar a vedação contida no parágrafo único dos artigos 21 e 22 da LRF.

Em relação ao período dos 180 dias finais de mandato, verificou-se acréscimo percentual em relação ao apurado no mês de 6/2016, no(s) mês(es) acima indicados, situação que deverá ser confirmada por ocasião da inspeção "in loco", para fins do disposto no art.21, parágrafo único da LRF.

2.15 - GF37 - Análise das despesas assumidas nos últimos quatro bimestres (Art. 42 da LRF)

Disponibilidade Financeira em 30/04	R\$ 21.046.756,28
(-) Saldo de Restos a Pagar até 30/04	R\$ 8.759.007,43
	R\$

(-) Empenhos Liquidados a Pagar até 30/04	15.683.221,52
(-) Anulação de Empenhos Liquidados até 30/04	R\$ 0,00
(-) Cancelamento de Restos a Pagar Processados até 30/04	R\$ 0,00
(=) (In)Disponibilidade Líquida em 30/04	R\$ -3.395.472,67
Disponibilidade Financeira em 31/12	R\$ 20.613.495,13
(-) Saldo de Restos a Pagar EM 31/12	R\$ 19.915.880,03
(-) Cancelamento de Empenhos Liquidados até 31/12	R\$ 0,00
(-) Cancelamento de Restos a Pagar Processados até 31/12	R\$ 0,00
(=) (In)Disponibilidade Líquida em 31/12	R\$ 697.615,10
Percentual de variação entre e a Disponibilidade Líquida em 31/12 e 30/04	-120,5454%

O resultado da disponibilidade líquida em 31/12 demonstra que o órgão tem disponibilidade financeira frente às despesas contraídas nos últimos 8 meses finais de mandato do Chefe do Poder, situação que deverá ser confirmada "in loco" para fins de verificação do cumprimento do art.42 da LRF

2.16 - GF38 - Operações de Crédito X Despesas de Capital (regra de Ouro)

Análise deste item encontra-se prejudicada, em vista da não realização de Operações de Crédito, cabendo à auditoria a sua confirmação loco, apontando eventuais irregularidades no relatório das contas anuais.

2.17 - GF52 - Dívida de Curto Prazo

Nomenclatura	Saldo Período Anterior	Movimento do Período		Saldo Para o Período Seguinte
		Inscrição	Baixa	
Restos a Pagar Processados	R\$ 22.548.446,39	R\$ 19.915.879,93	R\$ 22.574.407,19	R\$ 19.889.919,13
Restos a Pagar Não Processados	R\$ 7.233.032,25	R\$ 2.625.750,31	R\$ 7.207.071,35	R\$ 2.651.711,21
Consignações	R\$ 8.058.607,75	R\$ 14.951.943,42	R\$ 13.139.796,23	R\$ 9.870.754,94
Depósitos	R\$ 547.730,32	R\$ 598.419,12	R\$ 596.366,07	R\$ 549.783,37
Outros				

	R\$ 0,00	R\$ 186.137.878,61	R\$ 178.930.807,26	R\$ 7.207.071,35
Total	R\$ 38.387.816,71	R\$ 224.229.871,39	R\$ 222.448.448,10	R\$ 40.169.240,00

3 - Assunto de Fiscalização: ENSINO

3.1 - AE02 - Planejamento Atualizado de Aplicação em Ensino

Receita Prevista Atualizada	R\$ 132.307.670,00
Despesa Fixada Atualizada	R\$ 34.864.500,00
Índice Apurado	26,3511%

Após as alterações orçamentárias, realizadas até o período, foram mantidas dotações suficientes para atendimento da aplicação do percentual mínimo de 25,0000% na manutenção e desenvolvimento do ensino, exigido no art. 212 da CF.

3.2 - AE04 - Aplicação de Recursos Próprios em Ensino com base na Despesa Empenhada

Receita	R\$ 118.881.805,28	
Despesa Empenhada	R\$ 31.434.124,60	26,4415%
Despesa Liquidada	R\$ 30.576.865,61	25,7204%
Despesa Paga	R\$ 27.508.449,59	23,1393%

Com base na Despesa Empenhada, o Município atendeu ao disposto no art. 212 da CF.

3.3 - AE05 - Aplicação de Recursos do FUNDEB

Saldo Anterior	Receita	Despesa Empenhada	
		R\$	%
R\$ -11.726.225,24	R\$ 29.483.867,77	R\$ 29.544.660,08	100,2062%

Com base na Despesa Empenhada, verifica-se que o Município atendeu ao caput do art. 21 da Lei 11.494/07.

3.4 - AE06 - Aplicação de Recursos do FUNDEB na remuneração do Magistério

Saldo Anterior	Receita	Despesa Empenhada Magistério	
		R\$	%
R\$ -11.726.225,24	R\$ 29.483.867,77	R\$ 20.709.989,65	70,2418%

Com base na Despesa Empenhada, verifica-se que o Município atendeu ao art. 22 da Lei 11.494/07.

3.5 - AE07 - Aplicação dos Recursos do FUNDEF de Exercícios Anteriores

Saldo Anterior	Aplic. Financ.	Desp Empenhada	Saldo Atual
R\$ 0.00	R\$ 0.00	R\$ 0,00	R\$ 0.00

Com base na Despesa Empenhada, verifica-se que o Município aplicou o saldo remanescente do FUNDEF recebido em exercícios anteriores.

3.6 - AE08 - Repasses Decendiais (Estimado)

O Município não forneceu dados cadastrais suficientes para a identificação das Contas Vinculadas.

4 - Assunto de Fiscalização: SAÚDE

4.1 - AS02 - Planejamento Atualizado de Aplicação em Saúde

Receita Prevista Atualizada	R\$ 132.307.670,00
Despesa Fixada Atualizada	R\$ 47.716.900,00
Índice Apurado	36,0651%

Após as alterações orçamentárias, realizadas até o período, foram mantidas dotações suficientes para atendimento da aplicação do percentual mínimo de 15,0000% nas ações e serviços de saúde, exigido no art. 77, inc. III e §4º, do ADCT da CF.

4.2 - AS04 - Aplicação de Recursos Próprios em Saúde com base na Despesa Empenhada

Receita	R\$ 118.881.805,28	
Despesa Empenhada	R\$ 45.893.830,40	38,6046%
Despesa Liquidada	R\$ 45.638.721,54	38,3900%
Despesa Paga	R\$ 40.667.606,21	34,2084%

Com base na Despesa Empenhada, o Município atendeu ao disposto no art. 77, inc. III e §4º, do ADCT da CF.

5 - Assunto de Fiscalização: ANALISE OCP

5.1 - ANALISE OCP

Diante dos elementos apurados, verifica-se que o Órgão observou a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades.

6 - Assunto de Fiscalização: BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - QUADRIMESTRAL

6.1 - ANÁLISE DO RESULTADO ORÇAMENTÁRIO (DADOS ISOLADOS DA PM)

Receitas	Previsão	Realização	AH%	AV%
Receitas Correntes	R\$ 195.378.818,00	R\$ 184.725.718,07	-5,45%	104,82%

Receitas de Capital	R\$ 16.780.000,00	R\$ 6.359.327,11	-62,10%	3,61%
Deduções da Receita	R\$ -15.816.800,00	R\$ -14.859.110,34	-6,05%	-8,43%
Receitas Intraorçamentárias	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%	0,00%
Subtotal das Receitas Orçam.	R\$ 196.342.018,00	R\$ 176.225.934,84	-10,25%	100,00%
Outros Ajustes		R\$ 0,00		0,00%
Total das Receitas Orçam.	R\$ 196.342.018,00	R\$ 176.225.934,84		100,00%
		R\$ -20.116.083,16		-10,25%

Despesas	Fixação Final	Execução	AH%	AV%
Despesas Correntes	R\$ 159.881.646,00	R\$ 147.216.781,32	7,92%	84,13%
Despesas de Capital	R\$ 28.460.372,00	R\$ 21.388.697,10	24,85%	12,22%
Reserva de Contingência	R\$ 0,00			
Despesas Intraorçamentárias	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%	0,00%
Repasses de duodécimos	R\$ 8.000.000,00	R\$ 7.415.289,19	7,31%	4,24%
(-) Devolução de duodécimos		R\$ 1.030.552,01		0,59%
Transf. Financeira À Adm. Indireta	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%	0,00%
Subtotal das Despesas	R\$ 196.342.018,00	R\$ 174.990.215,60	10,87%	100,00%
Outros Ajustes		R\$ 0,00		0,00%
Total das Despesas	R\$ 196.342.018,00	R\$ 174.990.215,60		100,00%
Economia Orçamentária			R\$ 21.351.802,40	12,20%

Resultado da Execução Orçamentária		R\$ 1.235.719,24	0,70%
---	--	---------------------	-------

O Resultado Geral da Execução Orçamentária, apurado com base nos dados enviados pela origem, demonstra que o órgão obteve um superávit no período, correspondendo a 0,70% da receita realizada.

Os valores que não se referem ao período examinado são extraídos dos relatórios de Instrução Anteriores.

Data da Geração: 26/05/2017
Hora da Geração: 08:49:31